

# PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

## INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Recurso

re -

### ESCRITURA PÚBLICA — PROMESSA DE COMPRA E VENDA - FALECIMENTO DO PROMITENTE VENDEDOR - PAGAMENTO DO PREÇO

#### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ....ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE .... (qualificação) e sua mulher ....., casados entre si pelo regime da comunhão universal de bens, portadores do CPF/MF nº ....., residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua .... nº ....., por seu advogado no fim assinado - conforme procuração J. - vem mui respeitosamente à presença de V. Exa., propor, como de fato propõem, com fundamento no art. 16 do Decreto-Lei nº 58 de 10/12/37, com a redação que foi dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/73, uma AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - de rito sumário - contra a) .... (qualificação), representado pelo seu Inventariante, .... (qualificação), estabelecido em escritório na Rua .... nº ....., nesta Capital; b) Os Sucessores universais de .... que são: .... (qualificação), .... (qualificação), todos residentes nesta capital, na Rua .... nº ....., para o que dizem e requerem o seguinte: 1. Que, pela Cessão e Transferência de Compromisso de Compra e Venda, espelhada na Escritura anexa, outorgada pelo casal de ....., os Autores adquiriram o direito de receber de .... e sua mulher .... e de .... a escritura definitiva de compra e venda do Lote de Terreno nº ....., da quadra ....., do Loteamento Planta ....., nesta Capital, medindo .... metros de frente para a Rua ....., confrontando do lado direito de quem desta Rua olha o imóvel, fazendo esquina com a Rua ....., confrontando do lado esquerdo de quem da Rua observa o imóvel, com o lote nº .... da mesma quadra a planta, medindo em ambas as laterais .... metros de extensão da frente aos fundos do imóvel, confrontando na linha de fundo com o lote nº .... da mesma quadra e planta, onde mede .... metros, de forma retangular, sem benfeitorias, perfazendo a área total de .... m<sup>2</sup>. O Lote está cadastrado na Prefeitura Municipal com a Indicação Fiscal: ....; - o imóvel foi havido pelos promitentes-vendedores pela transcrição nº ....., do Livro ....., do Registro de Imóveis da .... Circunscriçã o desta Capital, sendo que o Loteamento está inscrito sob o nº ....., do Livro Auxiliar .... do Reg. de Imóveis da .... Circunscriçã o, onde se encontra averbado o contrato referente à promessa do lote ora descrito. 2. Que, o primitivo contrato, ora cedido e transferido refere-se à promessa de venda do mencionado Lote nº ....., da Quadra ....., do Loteamento Planta ....., feita por instrumento particular de .../.../..., pelo preço total de R\$ .... a ser pago em .... prestações mensais de R\$ .... cada e mais .... prestações de R\$ ....., sendo que o preço avençado foi totalmente pago como atestam as Notas Promissórias inclusas (doc. juntos). 3. Que, após o recebimento total do preço do imóvel, faleceram os promitentes vendedores, ....., .... e sua mulher ....., sem outorgarem a escritura do terreno comprometido. O primeiro promitente-vendedor falecido, ....., tem já encerrada a partilha de seu espólio e seus sucessores são aqueles relacionados como requeridos no "caput" da presente petição; o segundo falecido, ....., cujo inventário ainda tramita, tem como representante de seu espólio, o Inventariante, ....., tudo como se infere dos documentos aqui juntados. Contactados pelos Autores os sucessores do falecido .... e bem assim o inventariante do Espólio de ....., alegam não poderem outorgar a competente escritura referente ao terreno prometido porque nos respectivos inventários tal compromisso não foi descrito, mas reconhecem a obrigação. Necessitando os Autores formalizarem o seu domínio sobre o lote de terras, e considerando o EXPOSTO, propõem a presente Ação de Adjudicação Compulsória, de Rito Sumário, requerendo a citação dos Réus, no início qualificados, para que compareçam à Audiência que for designada para, querendo, contestarem o o feito, sob pena de revelia. Julgada procedente a Ação, pedem lhes seja adjudicado o imóvel, por sentença, nos termos do § 2º do art. 16 do Decreto-Lei nº 58, com as alterações de Lei nº 6.014, acima referida. Para os efeitos d e Direito e prova, juntam a Escritura Pública de

Cessão de Direitos, certidões das Averbações no Reg. de Imóveis do Contrato Primitivo e de sua Transferência, e ainda as Notas Promissórias representativas do preço, quitadas. Protestam pelas demais provas que se fizerem necessárias, inclusive pelo depoimento pessoal dos Réus .... e ....., o que desde já requerem. Dá-se à presente causa o valor de R\$ .... (....). Nestes Termos Pede Deferimento. ...., .... de .... de .... Advogado